

Pará de Minas

Minas Gerais - MG

Histórico

O topônimo Pará, segundo opinião do indianólogo Batista Caetano de Almeida e do engenheiro Teodoro Sampaio, significa rio volumoso, caudal, e colecionador de águas, sendo “de Minas” apenas um aditivo destinado a distinguir o município mineiro do Estado do Pará.

Os primórdios da povoação que deu origem à atual cidade do Pará de Minas remontam aos fins do século XVII, quando, em intenso movimento, dirigiam-se para as Minas de Pitangui as “bandeiras paulistas”. No roteiro que acompanhava os rios, lançavam-se os audazes aventureiros em busca do ouro, deixando trilhas aos pósteros.

Em um desses caminhos, nos territórios que se estendem entre os rios Paraopeba e São João, surgiu um ponto de pouso, às margens do ribeiro do Paciência e, nesse local, entre muitos outros, fixou-se o mercador português de nome Manoel Batista, alcunhado o “Pato-Fôfo”, que deliberou, mais tarde, abandonar o comércio que mantinha com os bandeirantes paulistas e explorar uma fazenda existente nas margens do Paciência. Seu apelido, segundo tradição, originou-se do fato de ter aquele português, que era muito gordo, a vaidade de querer passar por homem de grande posses.

Manoel Batista foi, assim o desbravador da região e um dos seus primeiros moradores, tendo resultado dos seus esforços a construção da primeira capela local, que, em sua homenagem, foi cognominada “Capela de Nossa Senhora da Piedade do Parafuso” (corrutela de Pato Fôfo). Também o arraial que começou a se formar no local chamou-se, inicialmente “Arraial do Patafufo”.

Gentílico: paraense

Formação Administrativa

Distrito criado com denominação de Patafufio, pela lei provincial nº 312, de 08-04-1846, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Patafufio, pela lei provincial nº 386, de 09-10-1948.

Pela lei provincial nº 472, de 31-0-5-1850, é extinta a vila de Patafufio.

Elevado novamente á categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora da Piedade do Pará, pela lei provincial nº 882, de 08-06-1858. Instalada em 20-09-1859.

Pela lei provincial nº 1889, de 15-07-1872, a vila é novamente extinta, sendo seu território anexado ao município de Pitangui.

Elevada novamente à categoria de vila com a denominação de Pará, pela lei provincial nº 2081, de 23-12-1874, desmembrada de Pitangui. Sede no atual distrito de Pará (ex-Nossa Senhora da Piedade do Pará). Reinstalada em 25-03-1875.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Pará, pela lei provincial nº 2416, de 05-11-1877.

Pela lei provincial nº 3141, de 18-10-1883, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, foram criados os distritos de Santo Antônio do Rio São João Acima e São Joaquim de Bicas e anexados ao município de Pará.

Pela lei estadual n 2, de 14-09-1891, foram criados os distritos de Mateus Leme, São Gonçalo do Pará e São José da Varginha e anexados ao município de Para

Pela lei estadual nº 556, de 30-08-1911, é criado o distrito de Florestal (ex-povoado de Guarda-Mor), criado com território desmembrados do distrito de Mateus Leme e anexado ao município de Pará.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 7 distritos: Pará, Florestal, Mateus Leme, Santo Antônio do Rio São João Acima, São Gonçalo do Pará, São Joaquim de Bicas e São José da Varginha.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920.

Pela lei estadual nº 806, de 22-09-1921, o município de Pará teve sua denominação alterada para Para de Minas.

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Santo Antônio do Rio São João Acima tomou a denominação de Igaratinga.

Pelo decreto estadual nº 10002, de 30-07-1931, o distrito de São Joaquim de Bicas passou a chamar-se Igarapé.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos: Pará de Minas (ex-Pará), Florestal, Igarapé (ex-São Joaquim de Bicas), Igaratinga (ex-Santo Antônio do Rio São João Acima), Mateus Leme, São Gonçalo do Pará e São José da Varginha.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, desmembra do município de Pará de Minas os distritos de Mateus Leme e Igarapé, para constituir o novo município de Mateus Leme.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Pará de Minas, Florestal, Igaratinga, São Gonçalo do Pará e São José da Varginha.

Pela lei nº 336, de 27-12-1948, desmembra do município de Pará de Minas o distrito de São Gonçalo do Pará. Elevado á categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 4 Pará de Minas, Florestal, Igaratinga e São José da Varginha.

Pela lei nº 1039, de 12-12-1953, é criado o distrito de Carioca (ex-povoado), com terras desmembradas do distrito de Igaratinga e anexado ao município de Pará de Minas.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 5 Pará de Minas, Carioca, Florestal, Igaratinga e São José da Varginha.

Assim permanecendo em divisão territorial datada 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, foram criados os distritos de Ascensão e Córrego de Barro e anexados ao município de Pará de Minas. Pela mesma lei desmembra do município de Pará de Minas os distritos de Florestal, Igaratinga e São José da Varginha, elevandos-o à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 4 distritos: Pará de Minas, Ascensão, Carioca e Córrego do Barro.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-1-1979.

Pela lei estadual nº 8285, de 08-10-1982, é criado o distrito de Torneiros (ex-povoado), criado com terras desmembradas do distrito de Carioca e anexado ao município de Pará de Minas.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 5 distritos: Pará de Minas, Ascensão, Carioca, Córrego do Barro e Torneiros.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

Pará para Pará de Minas, alterado pela lei estadual nº 806, de 22-09-1921.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXVI ano 1959.